



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 20/10/19

Conceição de Maria Laes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado LIMA

para relatar.

Em 20/10/2019

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL FRANCISCO LIMMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº 28 DE OUTUBRO DE 2019.
PROCESSO AL Nº 21708/19.

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

RELATÓRIO E VOTO

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Indicativo de Lei nº 28 de outubro de 2019, de autoria da Senhora Deputada Flora Izabel, que tem a seguinte ementa: **"Dispõe sobre o pagamento de indenização, a título reparatório aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos a política de isolamento compulsório no Estado do Piauí, e dá outras providências."**

Em suma, o projeto visa reparar os filhos de danos causados pela separação compulsória de pai com hanseníase, inclusive em isolamento domiciliar, no âmbito do Estado do Piauí. A autora justifica a sua pretensão citando a Lei Federal 11.520/07 e o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública e a lei 5.511/68.

Por ser autorizativo, o projeto não esbarra em qualquer vício de iniciativa, pois o instrumento normativo em questão serve apenas para indicar ao Poder Executivo a necessidade de aplicação da regra, ou seja, apenas indica ao titular do Poder a faculdade de regulamentar ou não a questão invocada sem lhe cominar qualquer sanção e, por ser mero indicativo, não comporta a análise quanto eventual inconstitucionalidade.

O referido indicativo de projeto de lei está também em consonância com as disposições regimentais contida nos artigos 114 e 115 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos como ementa enunciativa, clareza e precisão do objeto e justificativa.

A proposição atende aos requisitos do art. 75 da constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 96, I, 97, 114 e 115 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

II - DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo acatamento do voto do relator () Pela rejeição do voto do relator,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, __ de outubro de 2019.

Dep. Francisco Limma/PT
Relator

